

A EUROPA E A IBÉRIA À LUZ DO MEDITERRÂNEO

A. AUGUSTO TAVARES

Falar da Europa e mais directamente da Península Ibérica é algo que se aceitará facilmente neste momento por se inserir com naturalidade no vasto campo de estudo e investigação que todos nos propomos sobre **região/identidade**. Na prática os dois termos e os conceitos que expressam relacionam-se frequentemente entre si. Assim, para falarmos de uma região apontamos os elementos que a identificam no plano geográfico, histórico, étnico, cultural, etc. Para definirmos a sua identidade, apelamos muitas vezes para as suas raízes matriciais que revelam permanência ou apontamos para elementos reveladores de um processo em curso de construção.

Neste despretenhoso trabalho, a Europa é apresentada como uma macro-região na qual se insere obviamente a Ibéria. Apontaremos fundamentalmente as suas raízes mediterrânicas. A geografia e a história serão, pois, o campo em que nos situamos. Para o nosso objecto de estudo, parece-nos, por isso, útil observarmos, desde o início, um mapa que represente esse mar interno para onde convergem os três velhos continentes: Europa, Ásia e África. Se em seguida observarmos várias edições, mesmo recentes, do mapa de cada um dos continentes, facilmente verificaremos mudanças de fronteiras de alguns países, alterações de nomes, aparecimento de novas entidades nacionais, etc. Tudo nos faz pensar que os continentes estão ainda a organizar-se internamente ou porventura a recompor-se por razões étnicas, religiosas, e outras. Socorremo-nos habitualmente para explicar tal fenómeno de argumentos históricos, que poderão não ser convincentes. Torna-se evidente que, nesta matéria, nada está definitivamente adquirido.

Contrastando com estas mutações, verificamos que existe estabilidade nos nomes e limites dos continentes,

e nem sempre por força da geografia. Assim, no caso da Europa, verifica-se que não passa de uma península da Ásia, situada a Oeste e, nem por isso, alguma vez perdeu o estatuto de continente com as suas próprias características.

O mundo tripartido da Antiguidade

Esta tripartição do mundo habitado pelos humanos, a **oikouménē**: Europa, Ásia e África, já era afirmada pelos Gregos como realidade indesmentível e universalmente reconhecida. Quanto à Europa, Heródoto podia mesmo afirmar: «não se sabe de onde tiraram o nome nem quem lho deu!». Parece que este assunto já interessara a Hesíodo nas *Teogonias* e nos *Trabalhos e Dias*, onde refere o mito das Cinco Idades (ouro, prata, bronze, Idade dos heróis, Idade do ferro) para explicar a degeneração da humanidade. E preocupou seguramente Hecateu de Mileto, que terá nascido nos princípios do século VI a. C., de quem Heródoto certamente depende. É autor de umas *Genealogias* com uma descrição da terra, ilustrada com um mapa, onde apresenta uma formulação do universo em que a terra é figurada como uma ilha imensa, emergindo do Oceano que a circunda, tendo-se formado no centro dessa grande ilha um mar interno, o Mediterrâneo.

Não se trata de um mar fechado, como poderá parecer. Efectivamente através deste mar e de dois rios que ali vão desaguar estabelece-se ligação com o grande oceano. Tal acontece desta forma: o Mediterrâneo comunica directamente através do estreito de Gibraltar e comunica indirectamente através de dois rios designados por Nilo e Fásis. O Nilo trazia as águas desde o grande Oceano e separava a terra em duas partes, a África e a Ásia. O rio Fásis, de difícil identificação, ligaria o Mediterrâneo ao Mar Negro (antigo Ponto Euxino) e daí ao Mar Cáspio que era considerado uma extensão do grande Oceano. Era esta linha de água que separava a Europa da Ásia. Os três continentes, nesta concepção do universo, eram as *filhas do Oceano*, o grande mar de quem, aliás, tudo provém, segundo a concepção homérica expressa na *Iliada* (14,201), o grande rio que circunda a terra, segundo a mesma obra (18,607), uma grande divindade mitica, algumas vezes personalizada.

Dentro destas ideias fantasiosas da geografia do universo, a Europa, tal como a Ásia mantinham alguns mistérios. Assim, nas zonas mais setentrionais da Europa, habitavam os Hiperbóreos que atingiam uma longevidade mitica, sendo adoradores dos deuses e extremamente felizes, mas as suas terras eram praticamente inacessíveis. É claro que a experiência veio mostrar a falta de consistência a estas utopias e facilmente se verificou que o mar Cáspio não comunica com o grande Oceano nem a Europa está desligada da Ásia, mas nem por isso alguém voltou atrás: a Europa era um continente distinto da Ásia.

Por conseguinte a noção de continente deixava de ser geográfica para estar ligada à cultura dos povos?

Também os limites orientais do continente asiático estavam envoltos em mistério. Para além da Índia, só havia areias. Tudo era um grande deserto para o lado do nascer do sol. Diga-se por curiosidade que essa ideia de mistério e de perigo contribuiu para que Alexandre Magno e os seus homens, designadamente alguns dos sábios que o acompanhavam nas suas campanhas se recusassem a avançar para além da Índia, receando tais perigos. Efectivamente recuaram com Alexandre, vindo este a morrer em Babilónia, tendo apenas trinta e dois anos de idade.

O mapa-mundi dos Gregos era, como acabamos de ver, muito simples: um grande mar, conhecido também pelo grande rio Oceano de que emergia a terra habitada pelos humanos, dividida em três continentes que convergiam para um mar interno.

Antes dos Gregos

Apesar de se encontrar em Hecateu de Mileto, que porventura já terá recebido esta explicação cosmológico-geográfica de outros escritores helenos, é de supor que tenhamos de procurar a sua origem fora da Grécia. Efectivamente já aparece no Egito, onde o Grande Oceano é também representado por um grande círculo, como uma reserva da vida primacial. E, segundo cremos, o nosso caminho em busca das origens desta teoria terá de nos dirigir para a Mesopotâmia, onde haveremos de prestar alguma atenção ao poema *Enuma Elish* (*Quando no Alto*) que pretende apresentar as origens do mundo. Esse famoso poema babilónico da criação situa-nos nas origens do mundo, quando nada mais existia do que a imensidade das águas primordiais. Apesar de se ter generalizado apenas pelo século XI a. C., este poema conserva as tradições que já vêm dos Sumérios.

Mais explícita sobre essa noção do Grande Oceano, semelhante a uma enorme circunferência a rodear a terra, é uma tabuinha de argila neobabilónica do século VI a.C. Os assiriólogos que a estudaram, como Meissner, Labat e Georges Roux vêem ali um mapa. A terra está representada por uma circunferência rodeada de água, o chamado *narû marratu* (*o rio amargo*). Está dividida em duas partes pelos rios da Mesopotâmia, o Eufrates e o Tigre, situando-se no centro a Babilónia, que era considerada o «umbigo do mundo». Pelas legendas em escrita cuneiforme existentes nesta tabuinha de argila, conclui-se que o mapa em questão, pretende representar a expansão de Sargão de Acad no século XXIV a. C. Mostra a terra circundada pelo grande mar, onde existem as ilhas (*nagu*), aqui repre-

sentadas por triângulos. Por curiosidade refira-se que o extremo norte da terra é descrito como «o país onde nunca se vê o sol», o que parece sugerir que os Babilônios teriam ouvido falar da noite ártica, como pensam os dois principais estudiosos desta tabuinha, Meissner e Labat⁴. Tem para nós algum interesse a legenda referente ao extremo Ocidente que é descrito como sendo uma região «onde a ave em voo não pode terminar o seu caminho», isto por se tratar de uma região extremamente inhospita, digamos inabitável, à semelhança do que mais tarde alguns Gregos haviam de pensar. Quer dizer os dois extremos do mundo, o oriental (para além da Índia) e o ocidental apareciam envoltos num mistério de desconfiança e eram consideradas terras medonhas e perigosas. Nem uma ave em voo poderia encontrar lugar de repouso nas terras que nós agora habitamos. Não deixa de ser curioso que esta ideia da inhospitalidade do extremo ocidental da Europa seja afirmada também muitos séculos mais tarde por Estrabão quando escreve: «a primeira região da Europa é, a Ocidente, a Ibéria. A maior parte do seu território é inhospita...»⁵.

A noção de um mundo tripartido iria prevalecer também entre os Hebreus, como facilmente se depreende da Bíblia e da literatura extrabíblica. Vejamos por exemplo como o livro do Génesis nos capítulos 9 e 10 nos apresenta o mapa das nações: «Os filhos de Noé que saíram da arca eram Sem, Cam e Jafet. Filhos de Noé são só estes três e todos os habitantes da terra são descendentes deles» (9,18.19). O quadro genealógico que se lê no capítulo décimo pretende mostrar a sucessão dos vários povos descendentes do herói do Dilúvio, Noé. Põe-se em evidência a unidade do género humano, apesar da variedade de nações, de povos e de línguas que se estendem por toda a terra e pelas ilhas através dos três filhos de Noé: Sem é o antepassado dos semitas (Ásia); Cam, o antepassado dos Camitas (África) e Jafet, o antepassado dos Jafitas (Europa).

Já no século IV, S. Jerónimo e St. Ambrósio recordam a história de Noé que liam nos capítulos 9 e 10 do Génesis e atribuem a cada filho o seu território: Caim recebera a África, Sem a Ásia e Jafet a Europa. A tradição que haviam recebido iria continuar pela Idade Média e ainda é testemunhada na Idade Moderna. Assim, Guillaume Postel, no século XVI, defendia que a Europa devia chamar-se Jafetia e, no século seguinte, Bossuet falava de Jafet, que «povoou a maior parte do Ocidente e aí se celebrou com o famoso nome de Jafet»⁶. Apesar desta tradição bíblica, o nome do nosso continente não seria Jafetia mas Europa, a boa maneira grega, segundo parece, embora a palavra seja provavelmente pré-helénica, visto que terá como raiz *hribh*, significando *poente*, em oposição a *acu*, Ásia, a significar *oriente*.

O Mediterrâneo, centro do mundo antigo

Não obstante a ideia de um mundo tripartido ser anterior aos Gregos, havemos de reconhecer que são estes os primeiros a conceberem o Mediterrâneo como centro do mundo. Como tal seria considerado na Antiguidade e na Idade Média, um mar que divide e junta os continentes, uma via comum por onde passariam homens, bens e ideias, um mar praticamente fechado, comunicando apenas com o Oceano através do estreito que agora chamamos de Gibraltar e que os Gregos consideravam sob a protecção de Briareu e depois Héracles, semideus, identificado com Hercules, filho de Júpiter.

É natural que o Mediterrâneo não fosse considerado pelos Gregos o «umbigo do mundo» como fora Babilónia para os Mesopotâmios, pois o **omphalos** para os Gregos, deveria situar-se num ponto fixo, em terra e não na água⁸. Como quer que fosse, o Mediterrâneo era sem dúvida o centro da *oikouménē*, o mundo dos humanos, como é posto em evidência na primitiva cartografia que se começava a afirmar pelos Gregos, apesar de acima termos feito referência a um esboço de mapa com origem na Babilónia no século VI a. C.

Tera sido Anaximandro, filósofo pré-socrático da Iónia (610-547 a. C.) o primeiro a ter a ideia de desenhar a terra sobre uma pequena placa, experiência depois seguida pelo já referido Hecateu de Mileto na sua descrição da terra. Estes inícios da cartografia revestem-se de grande importância. Tratava-se de representar a terra com os seus mares, terras, cabos, estreitos, rios, etc., sobre uma superfície plana, o que efectivamente era uma arrojada abstracção que nem todos haveriam de compreender e aceitar facilmente. Assim, Heródoto, como historiador atento, não se esquece de referir que o tirano de Mileto, Aristágora, ao visitar o rei de Esparta, Cleomeno, «lhe apresentou uma tabuinha de bronze que tinha gravada a terra inteira com todos os mares e todos os rios» (V,49), mas é o próprio «pai da História» que deixa escapar esta ironia: «eu rio-me de ver tanta gente a dar-nos cartas do mundo que nunca contém a menor explicação racional: mostram-nos o rio Oceano que rodeia uma terra perfeitamente redonda como se fosse feita ao torno, e dão-se as mesmas dimensões à Asia e à Europa» (IV, 36). É conhecido também o comentário de um personagem de Aristófanes na famosa comédia *As Nuvens*: «! que coisa engraçada! Que invenção de uma utilidade verdadeiramente popular!».

Não obstante estas atitudes críticas no início, a invenção da cartografia representa um grande avanço quanto ao conhecimento da terra e dos mares, particularmente do Mediterrâneo. Era o resultado da recolha de informações obtidas em periplos que se realizaram durante séculos. Ainda que rudimentar, esta cartografia constituía um bom contributo para a realização de novas viagens e do conseqüente enriquecimento de conhecimentos e de bens de vária ordem.

Mas não nos afastemos do Mediterrâneo, esse espaço que divide e que junta os três velhos continentes e que era para o mundo antigo como a grande praça central, à semelhança da *agora* na *polis* grega. Consideremo-lo, neste momento como uma via de primordial importância por onde passaram homens, bens e ideias, sem esquecermos as suas margens, onde surgiram e floresceram povos e culturas de que não podem desprender-se dos povos e culturas da actualidade.

Começemos por prestar atenção ao Próximo Oriente Antigo, onde surgiram as primeiras manifestações do Neolítico, às quais a bacia do Mediterrâneo não podia ficar indiferente. Aos itinerários da neolitização dos primeiros agricultores e pastores facilmente se sobrepuseram as vias da propagação do cobre a partir das costas do Mediterrâneo Oriental. Assim, e à maneira de exemplo, está bem testemunhada a via marítima do Egeu a partir da Ásia Menor, designadamente de Tróia e das zonas costeiras na direcção de Creta, das Ciclades e do Peloponeso, com escala em Chipre, a ilha do cobre por excelência, como indica o seu próprio nome *cuprum*. Nas duas grandes ilhas do mar Egeu, Lesbos e Lemnos verifica-se já um surto de oficinas do trabalho do cobre por 2700 a. C. Por outro lado, em Creta despontam os primórdios do urbanismo nos meados do terceiro milénio, à semelhança do que estava a acontecer em várias regiões do Médio Oriente.

A via do cobre iria atingir o Mediterrâneo ocidental por escalas em Malta, Sicília, Sardenha, Córsega, Baleares, chegando à Península Ibérica, onde existiam filões de cobre na Serra Morena e em vários sítios do território actualmente português. Como tem sido proposto, embora com explicações diversas, colonos vindos da hácia oriental do Mediterrâneo estabeleceram entrepostos comerciais ou feitorias nesta região. As muralhas destes povoados, qualquer que tenha sido a época da sua construção e os seus construtores, têm torres semicirculares e baluartes certamente com intuítos defensivos e o espólio posto a descoberto revela que houve comércio de metais como ouro, prata e cobre, bem como objectos de prestígio com regiões do Oriente. Foi naturalmente esse comércio que ligou os centros mineiros da Península com as culturas avançadas do Egipto e das terras siro-palestinaenses que, por sua vez, mantinham estreitas relações com a Mesopotâmia. Não parece haver dúvida de que o metal esteve na base do comércio a distância e são evidentes os contactos mediterrânicos que se estabeleceram com as comunidades agrícolas ocidentais, que começaram também a ser metalurgistas. Prestigiados arqueólogos portugueses têm posto em evidência estes contactos e presenças orientalizantes no território português desde o Calcolítico¹⁰. Ao fazer leitura idêntica A. N. Savory pode mesmo elaborar um extenso inventário de objectos bem reveladora de contactos entre a região do Tejo e o Mediterrâneo Oriental¹¹. Sem desejarmos entrar na vasta e complexa problemática do Calcolítico, não podemos silenciar que também há quem discorde das presenças do Oriente no extremo ocidental da Europa durante o Calcolítico e pareça contentar-se com «estímulos exógenos» do Oriente¹².

Mas o Mediterrâneo, via natural dos contactos entre os dois velhos continentes europeu e asiático continuaria a ser relevante para a formação da Europa e designadamente da Península Ibérica, de modo especial a partir dos meados do segundo milénio a.C. e durante o primeiro. Ninguém ignora que as brilhantes civilizações do Médio Oriente Antigo, do Egipto, da Mesopotâmia, dos Siro-palestineses, dos povos da Anatólia exerceram enorme influência nas ilhas do Mediterrâneo Oriental. Durante o segundo milénio, o foco mais intenso de civilização é, sem dúvida, a bacia do Egeu, onde já se misturam numerosas raças... onde tudo é síntese, mestiçagem e movimento incessante de uma ilha para outra, de margem para margem. O movimento amplifica-se na direcção das terras do Ocidente desde Chipre a Creta, onde se instalam, no decurso dos séculos, colónias fenícias, etruscas e gregas¹⁴. As ilhas do Mediterrâneo oriental e em seguida ocidental formam uma unidade cultural juntamente com as costas marítimas da Ásia.

E em Creta que primeiramente se vai manifestar essa síntese. Ali se situa o início da história da Europa, pelos meados do segundo milénio a. C., quando surgem os primeiros documentos escritos. Na civilização minóica, dá-se o prolongamento das antigas civilizações pré-clássicas. É o Oriente no Ocidente. Seria por sua vez esta civilização o suporte fundamental da primeira grande civilização clássica, que iria marcar indelevelmente a Europa e a todos nós.

Deixemos por agora a importância específica de Creta e da civilização grega na formação da Europa para voltarmos novamente ao Mediterrâneo, com o objectivo de obtermos melhores conhecimentos sobre a alta antiguidade do Extremo Ocidente. Efectivamente não se compreenderia se perdéssemos de vista o Mediterrâneo Oriental, onde era já muito elevado o nível cultural e técnico no segundo milénio a. C.

A partir do início desse milénio, existem estreitas relações dos Cananeus de Biblos, antepassados dos Fenícios, com o Egipto, relações que aliás já vinham desde o Império Antigo. Biblos, na verdade, era uma cidade santa para os Egípcios pois acreditavam que a urna em que Set havia encerrado o corpo de seu irmão Osiris, que tinha assassinado, ficara nas costas de Biblos presa nos ramos duma tamargueira. Julgamos não ser necessário citar textos egípcios bem esclarecedores do que afirmamos nem teria grande importância, neste momento, uma análise pormenorizada dessa história das relações entre Egípcios e Fenícios, tema de estudo de que já alguma vez nos ocupámos¹⁵.

E, hom entretanto termos presente que, a partir do século XVI a. C., as cidades cananeias ocuparam uma posição de primeira importância na política e na economia do Médio Oriente, ligando o Egipto, a Síria, o sul da Anatólia, Chipre e o Egeu.

As cidades costeiras, que ficariam designadas por fenícias, organizavam então as suas actividades económicas em duas vertentes: produzem bens de luxo, como

objectos utilitarios e decorativos com incrustações de marfim, tecidos e vestes multicolores; desenvolvem a navegação e aperfeiçoam os seus barcos. Organizam o comércio, que esteve nas mãos de particulares e de algumas empresas. Em Ugarit, por exemplo, conhecem-se firmas comerciais no século XI a.C. através da história de Wen-Amón. Em Sidon, uma firma possuía 50 navios.

E quanto ao Mediterrâneo Ocidental? Não faltam certamente informações escritas em gêneros literários diversos a falarem de viagens de Fenícios, desde os fins do segundo milênio a.C. através do Mediterrâneo para Ocidente. Estrabão, por exemplo, informa que os Fenícios já antes do tempo de Homero possuíam o melhor da Ibéria e, pela sequência do texto, pode ver-se que não se referia aos Cartagineses, mas aos Fenícios do Oriente, pois acrescenta que, pouco depois da guerra de Tróia, foram até mais além das Colunas de Hércules e por ali fundaram cidades¹⁵.

Não existem certezas quanto a data da queda de Tróia, mas aponta-se geralmente para os finais do século XIII ou inícios do século XII a.C., época de mudanças no quadro político e económico de todo o Médio Oriente: as cidades fenícias estavam em fase de prosperidade e surgiam então os estados arameus do Norte da Síria. Por sua vez, o poderoso império assírio, sob o reinado de Tiglat-Palasar I (1115-1077) expandia as suas fronteiras com as guerras de conquista. Num texto de fundação do templo de Anu e Adad, na capital do império de Assur, um dos cronistas da corte deixou-nos esta informação: "... Depois dirigi-me para o Líbano. Cortei ali troncos de cedro para o templo de Anu e Adad, os grandes deuses meus senhores e levei-os para Assur. Continuei a minha marcha para o país dos Amorreus e conquistei-lhes todo o território. Recebi tributo de Biblos, de Sidon e de Arvad. Fiz a travessia em barcos que pertenciam a Arvad, desde Arvad que está no meio de mar até a cidade de Samuri, que está em Amurru, a uma distância de três milhas duplas¹⁶.

O relato da viagem prossegue exaltando o soberano assírio, o qual não só recebe os tributos das populações vencidas, mas, segundo parece, seria mesmo homenageado nas cidades da Síria e da Fenícia. Há mesmo quem pense que não terá sido uma viagem de conquista mas de aclamação, que bem se coadunava à política de ostentação dos soberanos assírios. Trate-se ou não de campanha militar para expansão do império ou de aclamação dos súbditos de terras já conquistadas, uma coisa é manifesta: o império assírio expandia-se até ao Mediterrâneo. As cidades fenícias estavam integradas nesse vasto império ou como colónias ou como territórios que, sendo independentes, possuíam particular estatuto regulamentado por acordo de carácter diplomático, à semelhança daquele que existiria um século mais tarde entre Tiro e Israel. Recordemos que a cidade fenícia fornecia a Israel madeiras e operários especializados, pois o rei Salomão não poderia realizar as suas grandes obras sem a tecnologia e recursos

naturais dos Fenícios. Estes, por sua vez, necessitavam de receber em troca produtos alimentares. Um acordo desta natureza era particularmente importante para o seu comércio externo, pois, desta forma, poderiam passar livremente pelo território israelita para comerciarem nas cidades dos Arameus e do império assírio. Essa aliança entre Tiro e Israel foi confirmada pelo casamento da filha de Irao, rei de Tiro, com Salomão, rei de Israel. É certo que este acordo e quadro de política internacional é do século decimo a.C., mas permite-nos ver o que aconteceria no século anterior entre as cidades fenicias e o próprio império assírio, que necessitava do comércio que os Fenícios podiam realizar, e sabiam fazê-lo como ninguém, se fossem livres.

São pois as viagens dos Fenícios para o Ocidente as que mais nos interessam. O tema tem interessado à arqueologia e à historiografia e, nas três fases, que podemos distinguir no seu estudo, tem havido altos e baixos, sem faltarem por vezes desencontros entre arqueólogos e historiadores. No início, ou seja nos fins do século passado e duas primeiras décadas deste, atribuía-se crédito às fontes classicas, segundo as quais os Fenícios teriam chegado ao Ocidente no século XII, aceitando a data da fundação de Gadir em 1104 a.C. Outras cidades como Útica e Lixus seriam também dos finais desse século. Na fase seguinte, criticam-se essas fontes e a sua historicidade é posta em causa. Apenas se atribui valor aos dados arqueológicos cujos testemunhos da presença fenicia no Ocidente não serão anteriores ao século oitavo. No último quarto de século, relêem-se as fontes classicas à luz de uma acurada crítica textual, literaria e histórica e executam-se investigações arqueológicas com metodologia científica cada vez mais rigorosa. Quanto as fontes classicas, verifica-se que assentam numa tradição que tomou forma na época helenistica, a qual considerava os poemas homéricos como fonte histórica. Tera sido Timeu de Tauromenio (c. 356-260), historiador siciliano mas a viver em Atenas durante 50 anos, o primeiro a atribuir a fundação de Gadir aos Fenícios em 1104. Seria depois seguido por outros, como Veleio Patérculo, Plínio o Antigo, por Estrabão que situa a fundação de Gadir poucos anos depois da guerra de Tróia, tal como Pomponio Mela, historiador romano nascido nos arredores de Gadir¹⁷. Também Estrabão afirma explicitamente que foi fundada pelos Tirios pouco depois da guerra de Tróia e que a santidade da cidade se deve ao facto de guardar as cinzas de Hércules¹⁸.

Quando se estabelece com precisão a data de 1104, vê-se que há aqui uma ideia pseudohistoricista, patente na obsessão das datas rigorosas. Tal precisão, como se pensava, contribuía para exaltar a origem de uma cidade. No caso presente, esta data estava relacionada com a guerra de Tróia e com a mitica expedição dos Heraclidas para a Iberia. As viagens dos Fenícios eram de algum modo associadas às viagens dos descendentes de Hércules, o mítico herói dos Gregos, filho de Zeus e da princesa tebana Alcmena, venerado como um deus e conhecido pelos latinos como Hércules.

O caso reportava-se fundamentalmente à fundação de Gadir, pois era nessa cidade que efectivamente existia o santuário de Hércules, visitado por personalidades famosas como Aníbal, Fábio Máximo, Políbio, Júlio César, etc.¹⁹. Na época helenística, Gadir gozava de grande fama, sem dúvida. Não falam da sua fundação as fontes coevas, como seriam os textos assírios ou bíblicos, mas as fontes da época helenística não iriam por certo esquecê-la. Os autores que a conheceram pretenderam exaltá-la a partir das suas origens remotas e envoltas em tradições míticas. Trata-se de um fenómeno bem conhecido de história de propaganda na Antiguidade que encontra um paradigma especial na gigantesca obra de Tito Lívio *Ab Urbe Condita*, ao atribuir a Roma uma origem divina, pois a sua importância era tal que bem merecia que assim fosse, mesmo reconhecendo que eram destituídas de veracidade as lendas da sua origem²⁰.

Uma outra crítica tem de ser feita a estas fontes que assentam numa tradição formada na época helenística que sobrevalorizava os escritos de Homero, considerando-os como narrativas históricas, o que já era criticado por alguns²¹.

As recordações recolhidas na época helenística sob esta forma de erudição histórica iriam influenciar escritores como Posidónio, Plínio o Antigo e outros. Actualmente ninguém duvida que a exegese das mesmas exige precaução e que terá de ser a Arqueologia a dar mais luz e mais certezas quanto à expansão fenícia para Ocidente, designadamente quanto a cronologias.

Os Fenícios à luz da Arqueologia

A investigação arqueológica ao longo das costas do Mediterrâneo e das suas ilhas tem sido intensa e a luz que nos vai dando sobre viagens, colónias, feitorias, estabelecimentos mais ou menos estáveis dos Fenícios é sem dúvida abundante. Uma síntese dos relatos das escavações não poderia limitar-se apenas a umas dezenas de páginas e não seria isso o importante para o nosso objectivo. Uma coisa porém nos interessa salientar: a arqueologia permite identificar vestígios e fundações fenícias a partir do século IX/VIII no Mediterrâneo oriental e central, sendo também comprovadas no Ocidente a partir do século VIII a. C.

Os vestígios de presença fenícia mais antigos situam-se em pontos próximos da costa levantina, seguindo-se o Mediterrâneo central e ocidental. Apontam-se como exemplos os casos de Chipre, ilha situada a menos de 100 km da costa do Levante. Foi essa ilha uma verdadeira encruzilhada entre o mundo oriental e o mundo grego. Na cidade de Kition, por exemplo, foram postas a descoberto fundações fenícias do século IX a. C.; na ilha de Rodes, a sua presença ficou marcada por uma inscrição, provavelmente dos séculos IX/VIII; presenças da mesma época são testemunhadas em várias ilhas do mar Egeu e em Creta, designadamente na

cidade de Itanos. Em Atenas e em Delfos, encontraram-se taças fenícias, provavelmente resultantes de contactos comerciais descontinuos. No Egipto, segundo Heródoto, havia em Mênfis um campo tiroio e um santuário a Astarte. Embora a arqueologia não tenha confirmado esta informação, pôs a descoberto cerâmica fenícia em Er-Rateh e noutros sítios do Delta.

Outros exemplos poderiam apontar-se, mas continuemos a nossa viagem em direcção ao Mediterrâneo ocidental. A colónia mais antiga é Cartago, sendo consensual a data da sua fundação em finais do século IX ou princípios do século VIII a.C., sem ser necessário insistirmos na data rigorosa de 814, pelas razões hermenêuticas antes apontadas. É conhecida a forte presença fenícia na Sicília e nalgumas cidades da Sardenha como Cagliari, Nora, Bithia, etc. nos séculos VIII e VII. Por essa mesma época, também estavam presentes os mercadores fenícios nas costas da Iberia.

Não se conclua daqui que o avanço dos Fenícios através do Mediterrâneo, desde as costas levantinas até à Ibéria, tenha obedecido a um plano estratégico em termos de expansão geográfica metódica e regular à maneira da expansão territorial da Assíria. No caso presente, não vejamos a dilatação de um império, mas antes a procura de produtos na sua origem ou em mercados mais favoráveis. Tartessos e as regiões da Iberia constituíam um grande atractivo para estes mercadores orientais. Com pontos de apoio em Chipre em Creta e no mar Egeu, na Sicília, na Sardenha ou nas Baleares, poderiam fixar-se com carácter de permanência em vários sítios da Iberia ou estabelecer contactos comerciais de ocasião com populações locais. É certo que nem sempre é possível obtermos uma imagem física das povoações ou estabelecimentos dos Fenícios ao longo do Mediterrâneo ou da costa atlântica, porque a continuidade de ocupação desses sítios trouxe profundas alterações, mas algumas estruturas arquitectónicas e os testemunhos arqueológicos que perduram permitem avaliar a densidade demográfica e duração da presença fenícia.

Foram obviamente razões económicas que determinaram a sua vinda para o Ocidente, como testemunham várias fontes escritas. Entre aqueles que corroboram essa tradição, salienta-se pela sua clareza e precisão Diodoro da Sicília ao escrever: «O país ibérico tem as mais numerosas e as mais belas minas de prata. Os indígenas ignoravam-lhes o uso, quando os Fenícios com experiência no comércio, tendo compreendido do que se tratava, procuravam a prata, trocando-a por mercadoria barata. Assim, os Fenícios transportando-a para a Grécia, para a Ásia e para outras terras, enriqueceram muito... Desenvolvendo este comércio por muito tempo, prosperaram fundando numerosas colónias, algumas na Sicília e nas ilhas vizinhas, outras na Líbia, na Sardenha e na Ibéria». Além de salientar a importância da prata como motivo aliciante para a expansão fenícia para Ocidente, a informação deste historiador tem outros aspectos que merecem a

nossa atenção: «Como estas empresas se desenvolveram segundo os seus planos, acumularam grandes riquezas e lançaram-se a navegar pela parte que está para além das Colunas de Hércules a que chamam Oceano»²².

É bom prestarmos atenção a estas informações de Diodoro: o móbil da vinda à Ibéria foram as suas riquezas em prata e naturalmente noutros metais, como também explicitam outros escritores: enriqueceram com o comércio que foram fazendo; depois de enriquecerem, puderam fundar cidades, ou seja criaram estabelecimentos de forma estável para além das colunas de Hércules. Como vemos, antes da fase da «colonização» que a arqueologia não reconhece, no Ocidente, antes do século VIII, os Fenícios apenas terão realizado o seu comércio por contactos descontínuos. É o chamado «período pré-colonial», que não parece poder negar-se de ânimo leve. Para Diodoro foi um período em que os Fenícios obtiveram bons resultados no seu comércio, em que enriqueceram, o que lhes permitiu em seguida fundar cidades no Ocidente.

As recentes escavações realizadas por arqueólogos espanhóis no sul de Espanha, designadamente desde Cádiz, a antiga Gadir, até Huelva e as que têm sido levadas a efeito por arqueólogos portugueses na costa atlântica do sul e do oeste do nosso território vieram trazer nova luz quanto à época e quanto ao espaço geográfico da expansão fenícia. Como observa um dos principais investigadores desta temática, em Espanha, o arqueólogo Diego Ruiz Mata, «desde el siglo VIII a. C. se advierte en la franja costera situada al este de Gibraltar hasta Almería la presencia de una población fenicia con carácter permanente y con una considerable densidad demográfica»²³. Aponta em seguida «estabelecimentos» fenícios comprovados pela arqueologia como Toscanos, Chorreras, Morro de Mezquitilla, Gadalhorce na costa malaguenha, Adra em Almería e Sexi na costa granadina. Datam do século VIII a. C., tal como outros sítios que ele próprio tem escavado até a Huelva. M. E Aubet, ao observar o mapa dos «estabelecimentos» fenícios desde Almunecar a Cadiz, passando por Málaga, explica-os, com toda a pertinência, segundo cremos, «em função de Gadir, na qualidade de centros estratégicos de apoio à navegação e controle do acesso aos metais da área tartéssica, o que significa que tais «estabelecimentos» estavam determinados pela sua finalidade económica»²⁴. Gadir era no século VIII o centro político e económico que controlava o comércio dos metais pelo Mediterrâneo e o acesso aos mercados de origem e lugares de mineração nas zonas atlânticas.

Obviamente que os Fenícios, tendo ultrapassado as Colunas de Hércules, não iriam ficar com a última paragem em Huelva. Arqueólogos portugueses, em escavações recentes, têm demonstrado a inequívoca presença fenícia a partir dos séculos VIII e VII em diversos sítios da costa sudoeste e ocidental do território português. A primeira estação situa-se nas proximidades de Silves. É o Cerro da Rocha Branca. Ai o arqueólogo M. Varela Gomes pos a descoberto «estruturas, casas

e armazéns defendidas por fortes muralhas, mostrando características de implantação comum aos assentamentos fenícios do Ocidente Peninsular²⁵.

A expansão dos Fenícios ao longo da costa portuguesa é uma realidade cientificamente comprovada e unanimemente aceite, graças aos trabalhos recentes da arqueologia. O mapa dos «estabelecimentos» desses antigos marinheiros e comerciantes conduz-nos desde o Cerro da Rocha Branca passando pelo estuário do Guadiana (Castro Marim), por Abul, uma interessante feitoria fenícia na margem direita do Sado, entre Setúbal e Alcácer do Sal, por Almada (Quinta do Almaraz), por Lisboa, Santarém até Figueira da Foz (Santa Olaia), etc. É o que facilmente se pode verificar pela leitura de um volume monográfico sobre esta matéria, editado pelo Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa em 1993, onde os próprios arqueólogos apresentam ao público as conclusões dos seus trabalhos. Trata-se do Volume IV de **Estudos Orientais** com o título **Os Fenícios no Território Português**.

Os gregos no Mediterrâneo

Tal como dissemos, não foram apenas os Fenícios a viajar pelo Mediterrâneo com intuítos comerciais. Entre outros povos que se envolveram em idênticas actividades, há que distinguir os Gregos. Os Fenícios começaram certamente primeiro, mas durante os séculos VIII, VII e VI uns e outros, estiveram empenhados em idêntica actividade. Correspondem esses séculos ao período orientalizante-por excelência, coincidindo na história da Grécia, com o período arcaico-. Na história do Mediterrâneo, é uma época de particular importância pelo diálogo cultural intenso entre a velha Grécia e o Oriente, não só com as cidades costeiras da Ásia Menor mas também com o interior, designadamente com a Anatólia e a Capadócia. Foi um diálogo entre povos e culturas diferentes, certamente com mútuo enriquecimento.

Dentro do próprio Mediterrâneo, também existiu por vezes diálogo entre Fenícios e Gregos. Actuando no mesmo palco que era o mar, nem sempre foram inimigos, como por vezes se supõe. Vejamos a título de exemplo o caso de Euheia, ilha situada em frente de Atenas. Verifica-se que os eubeianos navegaram para Sul, pois encontram-se vasos provenientes dessa ilha grega nas mais antigas tumulações do *Tofet* de Cartago²⁶. Ora o *Tofet* era, como se sabe, um lugar especificamente representativo da religião fenícia, visto que ali eram queimadas e incineradas as crianças de tenra idade. Pois bem, nesse lugar sagrado encontram-se Gregos com Fenícios. E outros casos de presença simultânea de uns com os outros poderiam ser apontados, em Malta, na Sicília e na Sardenha.

Se o mundo da expansão fenícia se estendeu desde as costas do Líbano até ao extremo ocidental da Europa, a expansão grega não difere muito, apesar de menos

representada na Ibéria. Não possuímos elementos suficientes para elaborarmos o mapa das viagens dos Gregos para Ocidente, nem é essa a nossa pretensão, mas não deixamos de indicar algumas ilhas e cidades em que mais se comprova a presença grega. Fixemo-nos para tal, e antes de mais, no mar Egeu, situado entre a Grécia a Ocidente, a Iónia a Oriente, a Trácia a Norte, e a ilha de Creta a Sul. Nesse mar intensamente povoado de ilhas, merecem-nos particular atenção Lemnos, Lesbos, Samos e Rodas.

Lemnos era na época arcaica uma ilha rica e muito dada ao comércio, como recorda a *Iliada*. Produzia bom vinho que os Fenícios apreciavam e compravam, pagando com bronze e ferro que levavam nos seus barcos, que adquiriam normalmente nas terras ibéricas. Ficou conhecido o episódio de os Fenícios oferecerem ao rei de Lemnos uma cratera de prata proveniente de Sidon. O famoso historiador da guerra do Peloponeso, Tucídides, ao referir-se a Lemnos, recorda que era a terra de Hefaiostos, o deus do fogo, e chama *Tirrénios* aos autóctones, informação que não devemos deixar no esquecimento, bem como outra que se reporta às estreitas relações entre Lémnios e Fócios. Uns e outros navegavam em barcos idênticos²⁷.

Ao falarmos de Lemnos, não deveremos omitir uma palavra sobre a estela de Kamínia encontrada nessa ilha no século passado cuja inscrição data do século VI a. C. A sua língua, segundo concluem aqueles que a têm estudado, é a dos autóctones, uma língua falada na ilha antes da chegada dos Atenienses, muito próxima da língua etrusca. Faz-se aí referência a um fócio de nome Hilaíos, o que sugere, segundo se pensa, ligações que terão existido entre Lémnios, Fócios e Etruscos, estes também conhecidos por Tirrénios em fontes antigas. Tal debate reveste-se para nós de particular interesse por causa da chamada «escrita do Sudoeste», tendo em consideração que os Tartéssios seriam um ramo dos Etruscos, como é defendido por alguns a partir de Schulten.

Prestemos também atenção às cidades gregas da costa asiática, cidades que se formaram a partir da segunda metade do segundo milénio com a chegada dos emigrantes de várias regiões da Grécia. São cidades gregas perfeitamente estabilizadas no início do século VIII a. C., podendo mesmo distinguir-se vários grupos de falantes conforme as regiões da Grécia de onde provêm. Um grupo homogéneo é constituído pelas cidades da Fócia, como é o caso de Smirna, de Éfeso e pelas ilhas de Quios e de Samos. Trata-se de cidades e ilhas que mais contactos estabeleceram com o Mediterrâneo ocidental, como vamos ver.

A ilha de Rodas, foi também, durante os «séculos arcaicos», uma terra de contactos entre as costas do Levante e o Ocidente e, em seguida entre o Norte e o Sul do Mediterrâneo. Foi porta aberta para os mercadores fenícios que aí se instalaram, como informa Diodoro (V,58). De facto a presença fenícia está bem testemunhada nos achados arqueológicos dos séculos IX e VIII, designadamente

em Komos e no monte Ida, com os escudos de bronze bem característicos pela sua decoração orientalizante. Em Creta iriam os Ródios juntar-se aos Fócios para irem fundar a colônia de Gela no sul da Sicília. Segundo algumas tradições, teriam atingido o extremo Ocidente, sendo explícito a este respeito a informação de Estrabão: «Também se conta dos Ródios que o seu predomínio marítimo não se verifica apenas no momento em que fundaram a actual cidade mas ainda antes das Olimpíadas empreenderam longas travessias para longe da sua pátria, navegando até à Ibéria»²⁸. Segundo o mesmo testemunho, terão navegado até às Baleares, ilhas assim designadas pelos Fenícios, já que antes seriam conhecidas por Gimnésias.

Foram entretanto os Sámios e os Fócios que exerceram mais actividade colonial no Ocidente, segundo as fontes antigas. Relativamente à ilha de Samos, Heródoto conta-nos o seguinte: «Um navio sâmio que tinha por patrono Colaios e que se dirigia para o Egipto foi arrojado para fora da sua rota para a ilha de Plateia; os Sámios confiaram todo o assunto a Corróbios e prepararam-lhe um depósito de viveres para um ano. Eles que, a partir das ilhas, tinham avançado com um enorme desejo de chegar ao Egipto, navegaram para fora da sua rota, arrastados pelo vento de Leste. Sem deixar de soprar o vento, alcançaram as Colunas de Hércules e, conduzidos por um deus, chegaram a Tartessos. Este lugar de comércio estava por explorar nessa época, de forma que, ao regressarem, realizaram com a sua carga maior lucro do que até agora qualquer grego de que tenhamos referências exactas, se exceptuarmos Sóstratos, filho de Laodamante de Egina, que nenhum outro se pode comparar com este. Destes seus lucros, os Sámios deduziram o dizimo, seis mil talentos, e mandaram fazer um jarrao de bronze em forma de cratera argólica»²⁹.

Esta viagem ocorre certamente num momento de crise na ilha de Samos: era necessário resolver a crise na indústria metalúrgica. Os avanços dos Assírios e a sua pressão sobre as cidades fenícias com a constante exigência de tributos e de metal de diverso género ou de produtos manufacturados absorvia quanto traziam do Ocidente. Os Sámios e outros tinham por isso de ir aos mercados de origem desses produtos, sendo Tartessos o principal. É esta a leitura que terá de fazer-se do relato de Heródoto. Resolvido o problema da matéria prima para as necessidades dos Fenícios, o que ficava livre para reexportação escasseava. Foi certamente a redução de exportações fenícias para o Egeu que colocou em situação difícil a ilha de Samos, situação que explica a viagem de Colaios³⁰.

Também os Fócios viajaram para Ocidente. Exploraram zonas do Adriático e da Ibéria, fundando Mainake (Málaga) e contactando com Tartessos, como informa o mesmo Heródoto³¹. Estes Fócios estão presentes no Ocidente como clientes das cidades fenícias do Sul e intervêm em transações comerciais locais em toda a costa ibérica do Levante. É de crer que tenhamos de atribuir ao comércio destes Gregos

da Ásia a difusão pelo Sudoeste e Levante até ao Sul de França, de produtos de fabrico púnico e a cerâmica grega ática com figuras vermelhas ou de verniz negro que aparece na área ibérica e se encontra até à foz do Tejo. Sabemos, por informação de Pausânias que os Massaliotas eram uma colónia dos Fócios da Iónia e que a cidade de Marselha foi fundada por alguns dos que fugiram da Fócia, ao serem atacados pelos Persas. «Estes Fócios venceram os Cartagineses num combate naval, adquiriram o território que possuem e conseguiram grande prosperidade»³².

Conclusão

A partir do século VIII a. C. Fenícios e Gregos navegando pelo Mediterrâneo, avançaram para aquém do mar Tirreno, a fim de comprarem e venderem, estabelecendo-se de forma mais ou menos estável. Fundaram colónias, feitorias ou postos comerciais de pouca duração. Ao ultrapassarem o estreito de Messina, abria-se para eles o mar Tirreno com largos espaços marítimos em direcção ao delta do Ródano, tendo por centro Marselha, porta aberta para as rotas comerciais com a Europa e, mais a Ocidente, o estreito de Gibraltar com penetração para o Oceano.

A principio foram os Fenícios a navegar pelas costas do Sul ao longo do Magreb. Depois, navegaram até Tartessos e é nesse contexto que se deve situar a fundação de Gadir. Após a fundação de Cartago, a presença fenícia torna-se intensa na costa meridional da Sardenha, avançando depois pelas margens mediterrânicas e atlânticas. Em seguida, Sâmios e Fócios não tardaram a viajar também até à região de Tartessos e assim descobriram o Extremo Ocidente.

A segunda migração do Egeu e das cidades da Iónia para Ocidente verifica-se a partir do século VI. Efectivamente depois de Ciro, imperador persa, vencer as cidades iónicas, seguiu-se uma série de migrações para Ocidente em busca de paz e de melhores condições de vida. É a partir de então que Marselha, cuja fundação se situa por volta do ano 600, experimenta grande desenvolvimento.

O impacto grego a partir daí com o mundo indígena do Ocidente foi considerável e bem patente, designadamente em Ampúrias, onde uma inscrição latina testemunha a presença dos Fócios: *litore phocaico*³³. Gregos e Púnicos, como ficaram conhecidos os Fenícios do Ocidente, desempenham papel importante, a partir do século VI na expansão da cultura que se tornou comum na bacia do Mediterrâneo. Foi com eles que o sul da Ibéria, de modo especial, se integrou numa *koinê* cultural que faz parte do núcleo antigo da remota herança oriental e clássica que constitui elemento fundamental da identidade de toda a região mediterrânica e da Península Ibérica.

Notas

¹ Cit. por J. Carpentier, F. Lebrun in **Historia da Europa**, Ed. Estampa, Lisboa, 1993, p.27.

² Ver **Historia Geral da Europa** (Dir. de Pierre Grimal e outros), Publ. Europa-America, Lisboa, 1996, pp. 103-116.

³ G. Roux, **La Mesopotamie**, Ed. Seuil, Paris, 1985, p. 309. O autor apoia-se no assiriólogo que primeiro publicou esta tabuinha cuneiforme neobabilonica, B. Meissner, **Babylonien und Assyrien, II**, p. 379, e em R. Labat, **La Science Antique**, p. 88. O exegeta biblico P.E. Testa analisa a mesma tabuinha, estabelecendo a relação da tradição cultural da Mesopotâmia que se faz sentir no **Genesis** em **Genesi**, Marietti, Roma, 1969, pp. 192-193.

⁴ Citado por J. Carpentier, F. Lebrun, ob. cit., p.29.

⁵ Como comenta A. Clamer: «Sem, Camet Japhet ne sont pas des individus, mais la personification des peuples dont ils étaient tenus pour être les ancêtres et refletant leurs caractéristiques et leurs situation lors de la redaction des textes». **Gênese, La Sainte Bible**, Letouzey et Ané, Éditeurs, Paris, 1953, p. 205.

⁶ A. A. Tavares, «Primeiras migrações para Ocidente segundo as fontes escritas», **Estudos Orientais**, Instituto Oriental da UNL, 1990, pp. 17-18.

⁷ O fragmento aramaico encontrado na 4ª gruta de Qumran faz efectivamente uma divisão tripartida da terra. Foi publicado por J. T. Milik em **Revue Biblique**, n.º 65, 1958, p. 76. Infelizmente, como reconhece Milik, o fragmento tem lacunas, mas a versão etíope permitiu-lhe fazer a leitura completa. Ver também a este propósito P. E. Testa, ob. cit., p. 404.

⁸ M. Gras, **La Méditerranée archaïque**, Armand Colin, Paris, 1995, p. 11, sob o título «la representation du monde».

⁹ Aristóteles, **As núbens**, pp. 200-217, cit. por M. Gras, ob. cit., p. 12.

¹⁰ Este tema vasto e complexo e objecto de estudo em **Estudos Orientais** vol. citado por: Rui Parreira, pp. 27-43; C. Tavares da Silva, pp. 45-52; M. Varela Gomes, pp. 53-106. Este último estudo é ilustrado com figuras que testemunham presenças orientalizantes no território português anteriores à Idade do Ferro.

¹¹ H.N. Savory, **Espanha e Portugal**, Ed. Verbo, Lisboa, 1969.

¹² Veja-se por exemplo C. Tavares da Silva no trabalho indicado na nota 10.

¹³ **História geral da Europa**, ob. cit. na nota 2, p. 107.

¹⁴ A. A. Tavares, art. cit. na nota 6 e «Fenícios e Massienos (Meseq) no sul da Península Ibérica», **Estudos Orientais**, vol. IV, pp. 13-22.

¹⁵ Estrabão, III, 2.14.

¹⁶ E tradução da versão inglesa proposta por Openheim e apresentada por J. Pritchard in **ANET**, Princeton, 1969, 3ª ed., p. 275.

¹⁷ S. Moscati, «La colonization de la Méditerranée», **Les Phéniciens**, Stock, Veneza, 1997, pp. 47-56.

¹⁸ Estrabão, III, 6.46.

¹⁹ Versobre esta temática M. E. Aubet, «Los Fenicios en España: estado de la cuestión y perspectivas», **Aula orientalis**, vol. III, 1985, pp. 9-38. Todo o artigo se reveste de grande importância, com especial relevo para o item «El significado de la fundación de Gadir». Da mesma autora e sobre os Fenícios, devem salientar-se, entre outros, os seguintes trabalhos: **Tiro y las colonias fenicias de Occidente**, Barcelona, 1987, 2ª ed. 1994, «Espagne», in **Les Phéniciens**, Dir. de Sabatino Moscati, ed. Stock, 1997, pp. 279-304.

²⁰ A. A. Tavares, **Impérios e Propaganda na Antiguidade**, Ed. Presença, Lisboa, 1988, pp. 93-116, especialmente pp. 103, 104.

²¹ M. Gras, **La Méditerranée archaïque**, Armand Colin, Paris, 1995, concretamente «Les poèmes homériques: entre passé et présent», p. 67.

²² Diodoro da Sicília, V, 35,4,5.

²³ D. Ruiz Mata, «Los Fenicios de la Epoca Arcaica - Siglos VIII/VII - en la Bahía de Cadiz. Estado de Cuestión» in **Os Fenícios no Território Português, Estudos Orientais**, Vol. IV, Instituto Oriental da UNL, 1993, pp. 23-72. Ver concretamente p. 29.

²⁴ M. E. Aubet, **Tiro y las colonias fenicias...**, ob. cit., nota 20 p. 175.

²⁵ M. Varela Gomes, «O estabelecimento fenício-punico do Cerro da Rocha Branca (Silves)» in **Estudos Orientais**, vol. cit., nota 24, p. 79.

²⁶ M. Gras, ob. cit., p. 30.

²⁷ Ibidem, pp. 37, 38.

²⁸ Estrabão, XIV, 2,10.

²⁹ Heródoto, **Historias** IV, 152.

³⁰ Interpretação idêntica foi proposta por J. Maluquer de Motes, «La Dualidad Comercial Fenicia e Griega en Occidente», **Aula Orientalis**, Vol. IV, 1986, 202-211.

³¹ **Historias** II,63 (Informação idêntica em Plínio, o Antigo, **História Natural** IV, 22,120).

³² Pausanias X, 8,6 e 18,7.

³³ Inscricção latina registada no **Corpus Inscriptionum Latinarum** (CIL) VI, 20674.